



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS  
COORDENADORIA DE CARGOS, BENEFÍCIOS E LEGISLAÇÃO APLICADA - CBL/GRH/SAF

DESPACHO

À GRH

Assunto: **Avaliação de invalidez permanente - Servidor ANTAQ**

1. Trata o presente processo de demanda do Servidor JÚLIO JOSÉ FERREIRA, cedido para a Defensoria Pública da União na cidade de Goiânia, para realizar perícia médica na Unidade SIASS/UFG, como consta registrado no Ofício nº 110/2019/GRH/SAF-ANTAQ (Doc SEI nº 0895319)
2. Como consta no documento (Doc SEI nº 0888925) a junta médica do SIASS/UFG solicitou a apresentação dos documentos a seguir:
  - PPRA referente ao local de trabalho que contemple o posto do servidor;
  - PCMSO referente ao local de trabalho que contemple o posto do servidor;
  - Relatório da Medicina Ocupacional que contemple as atividades prescritas e as atividades reais do servidor, levando em consideração os riscos aos quais ele está exposto e possíveis agravos de saúde advindos dessa exposição;
  - PPP.
3. Ciente da exigência, a ANTAQ encaminhou o Ofício nº 129/2019/GRH/SAF-ANTAQ (Doc SEI nº 0896608) a Defensoria Pública da União - GO a fim de verificar a possibilidade de apresentação dos documentos mencionados, visto que o respectivo servidor encontra-se cedido àquele órgão e os documentos exigidos necessitam de elaborados com as características do atual local de trabalho.
4. Como consta no Ofício nº 3336815/2019 - DPU/CAPE DPGU (Doc SEI nº 0926224), a DPU - GO com intuito de solucionar a demanda em tela e considerando o cenário de escassez de recursos no órgão, somado à ausência de um quadro próprio de servidores com carreira específica e cargos da área da saúde, esta Coordenação de Administração de Pessoal (CAPE/SGP/SGE/DPGU) indagou os Médicos da Equipe de Perícia Médica Oficial SIASS/UFG com os seguintes questionamentos:
  - A unidade SIASS dispõe de profissionais competentes para elaboração dos relatórios solicitados nos referidos processos? Seria possível a solicitação do serviço desses profissionais?
  - Em caso negativo, é possível indicar outras instituições que detenham tal perfil especializado e que possam atender a demanda em apreço?
  - Existem alternativas aos relatórios solicitados? Se sim, quais seriam?
5. A Perícia Médica Oficial SIASS/UFG no documento (Doc SEI nº 0926227), em resposta aos questionamentos acima, informa que:

1. A unidade SIASS dispõe de profissionais competentes para elaboração dos relatórios solicitados nos referidos processos? Seria possível a solicitação do serviço desses profissionais?

R: Sim. Cabe ao diretor da unidade esta resposta.

2. Em caso negativo, é possível indicar outras instituições que detenham tal perfil especializado e que possam atender a demanda em apreço?

R: Prejudicado.

3. Existem alternativas aos relatórios solicitados? Se sim, quais seriam?

R: Não.

6. A DPU, por meio dos Ofícios nºs 3372305/2019 e 3419242/2020 - DPU/DICAD DPGU (Docs SEI nº 0959360e 0959354), solicitou ao Diretor de Atenção à Saúde do Servidor - José Francisco Martins e Silva - os préstimos para viabilizar a disponibilidade de profissionais competentes para elaboração dos relatórios solicitados pela junta médica (PPRA, PCMSO, Relatório da Medicina Ocupacional e \*PPP).

7. Como consta no Anexo - Questionamentos (Doc SEI nº 0959384) houve manifestação do Senhor João Francisco Martins e Silva, por e-mail, informando que o *"ofício foi encaminhado à perícia médica e nominal a dois peritos, Phaulo e Valéria"*. Informa ainda que o órgão possui pessoal técnico especializado para a realização dos relatórios, contudo a unidade não tem disponibilidade para atendimento de demandas de outros órgãos devido a demandas internas, insuficiência de pessoal e carga horária reduzida.

8. Oportuno informar que o Servidor JÚLIO JOSÉ FERREIRA no Requerimento (Doc SEI nº 0959346) relata as questões acima apresentadas e vem solicitar a possibilidade da ANTAQ/DF contratar empresa para avaliação e elaboração dos documentos supracitados. Havendo negativa da ANTAQ, ele requer a possibilidade dele próprio contratar empresa do ramo para a confecção dos respectivos documentos. Ainda nessa questão, o servidor por e-mail (Doc SEI nº 0959350) informa que já ligou para duas empresas e que os custos para a confecção dos relatórios ficam *"por volta de R\$ 1.700,00"*.

9. O Servidor encaminhou por e-mail (Doc SEI nº 0972434) o Ofício nº 3435406/2020 - DPU/DICAD DPGU (Doc SEI nº 0972343) no qual a DPU/DICAD DPGU, objetivando solucionar a demanda em questão, indaga a ANTAQ se essa Agência dispõe de profissionais da área de saúde que tenham competência para elaborar os relatórios já mencionados.

10. Diante do disposto, há dois questionamentos a serem abordados, a saber:

a) A ANTAQ possui profissionais da área de saúde que tenham competência para elaborar os relatórios PPRA, PCMSO, Relatório da Medicina Ocupacional e \*PPP?

b) É possível a ANTAQ contratar empresa para realizar a elaboração dos relatórios em comento? Em caso negativo, é possível o servidor pagar a empresa para realizá-los?

11. Em referência ao item "a", informa-se que a ANTAQ não possui profissionais competentes para elaborar os relatórios PPRA, PCMSO, Relatório da Medicina Ocupacional e \*PPP.

12. Quanto ao item "b", cabe primeiramente esclarecer que os relatórios em questão tem como premissa o local de trabalho do servidor. Atualmente, o servidor se encontra laborando na Defensoria Pública da União na cidade de Goiânia em vista de cessão da ANTAQ junto à DPU-GO. A DPU informa que há pessoal técnico especializado para a realização dos relatórios, porém não tem disponibilidade para atendimento de demandas de outros órgãos em vista de *"demanda interna, quantidade insuficiente de pessoal e carga horária reduzida"* (Doc SEI nº 0959384). Nessa questão, entendemos que não seria viável, s.m.j., visto que o servidor, mesmo sendo da carreira da ANTAQ, não está trabalhando em seu órgão de origem, mas sim na DPU-GO.

13. Seguindo a negativa, o servidor questiona se é possível ele pagar empresa para realizar os documentos complementares exigidos pela perícia. Nessa questão, há que se ponderar se juridicamente é viável a contratação direta de empresa, pelo próprio servidor, para a realização

daqueles documentos e se estes serão aceitos pela junta médica da UFG.

14. Assim, pelos fatos e argumentações apresentados, encaminha-se os autos para conhecimento, análise e providências visando responder os questionamentos apresentados tanto pela Defensoria Pública da União - GO (Ofício nº 3435406/2020 - DPU/DICAD DPGU - Doc SEI nº 0972343) e pelo Servidor JÚLIO JOSÉ FERREIRA (Requerimento - Doc SEI nº 0959346).

Atenciosamente,

ALEXANDRE DUTRA MAIA

Coordenador de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Dutra Maia, Coordenador de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada**, em 14/02/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0972435** e o código CRC **5746D086**.